

Um novo olhar sobre os movimentos sociais: a multidão e as ruas

Vanessa Matos dos Santos (Brasil).¹

Resumo.

Compreender as manifestações sociais na contemporaneidade tem se mostrado como um desafio para os pesquisadores da área da Comunicação à medida estes acontecimentos reconfiguram a luta por democracia e, recentemente, por conta do protagonismo das fontes, força a horizontalização da produção e disseminação da informação. Partindo das manifestações sociais ocorridas em junho de 2013 no Brasil (as Jornadas de Junho), o artigo problematiza tais questões com destaque para a televisão aberta. Com o objetivo de iniciar uma reflexão, assume que antigos conceitos não conseguem explicar a complexidade das relações atuais. Como contribuição, oferece uma reflexão sobre o conceito de multidão para pensar as Jornadas, bem como o papel da mídia massiva televisiva neste cenário.

Palavras-chave.

Multidão, Manifestações sociais, Democracia, Jornalismo.

Resumen.

La comprensión de las manifestaciones sociales en la época contemporánea ha demostrado ser un desafío para los investigadores en el campo de la Comunicación, ya que estos eventos remodelan la lucha por la democracia y, recientemente, debido al papel de las fuentes, fuerza la horizontalización de la producción y difusión de información. A partir de los eventos sociales que se produjeron en junio de 2013 en Brasil (las Jornadas de Junio), el artículo analiza estos temas, con énfasis en la televisión abierta. Con el objetivo de empezar una reflexión, asume que antiguos conceptos no pueden explicar la complejidad de las relaciones actuales. Como contribución, ofrece una reflexión sobre el concepto de la multitud para pensar en las Jornadas, así como el papel de los medios de comunicación de televisión en este escenario.

Palabras clave.

Multitud, Manifestaciones sociales, Democracia, Periodismo.

Abstract.

Understanding the social manifestations in contemporary times has proven to be a challenge for researchers of the Communication area as these events reshape the struggle for democracy and, recently, due to the protagonism role, forces an horizontalization of production and dissemination of information. Leaving the social protests in June 2013 in Brazil (June Journey), the paper discusses these issues with emphasis on broadcast

television. Aiming to start thinking, assumes that old concepts cannot explain the complexity of current relationships. As a contribution, it offers a reflection on the concept of crowd to think about the Journey and the role of television mass media in this scenario.

Keywords.

Crowd, Social manifestations, Democracy, Journalism.

Introdução.

Manchete de vários telejornais ao redor do mundo, capas de revistas e jornais, as manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013 mostraram um cenário de questionamento político-social e, em alguns episódios, também enfrentamentos violentos entre manifestantes e polícia. Apesar de terem colocado na pauta dos veículos de comunicação da grande mídia a necessidade de retratar a voz que vinha das ruas e, verdade seja dita, terem sacudido o país, as Jornadas de Junho, como também foram chamadas, devem ser relativizadas. Movimentos de grande abrangência ocorreram no país em 1983-1984 quando a população saiu às ruas pedindo pelas Diretas Já! De igual maneira, também as passeatas pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo em 1992 devem ser lembradas.

O que difere as Jornadas de Junho destes outros movimentos é a lógica pela qual se estruturou e se desenrolou todo o processo. Não se trata de um movimento pontual que surgiu em um determinado momento isolado e logo em seguida acabou. Em realidade, o país já vinha presenciando diversas manifestações que, àquela altura, começavam a ganhar corpo por meio da adesão de um número cada vez maior de pessoas. A “Revolta do Buzu” ocorrida em Salvador, estado da Bahia, em agosto de 2003 e a “Revolta da Catraca” de 2004 em Florianópolis, estado de Santa Catarina, podem ser citadas como pontos embrionários das manifestações de 2013 (Fonsêca, 2013). No caso das Jornadas de Junho, bem como na Revolta do Buzu e na Revolta da Catraca, a questão do aumento de preço das tarifas de transporte público urbano revela, na verdade, um debate muito maior sobre a mobilidade urbana e, conforme o movimento foi se desenvolvendo, outros questionamentos também começaram a fazer parte da pauta que praticamente transbordava, quais sejam: melhoria da saúde, qualidade da educação, contra a corrupção, PEC 33 e 37, contra a cura gay, entre outros que revelaram, de forma inequívoca, os vários desgostos e descontentamentos da população.

O adensamento do movimento se deu, em grande medida, por conta dos acontecimentos do dia 13 de junho quando jornalistas e manifestantes foram espancados e presos pela polícia militar em nome da manutenção da ordem. O fato ganhou os murais do *Facebook*² e o alto índice de compartilhamentos fez com que o movimento ganhasse adeptos e apoiadores. Pelo *Twitter*³, muitas pessoas postavam informações sobre o andamento das manifestações. Além dessas redes virtuais, outros manifestantes também passaram a fazer transmissões de vídeo ao vivo via *Justin TV*⁴ e *Livestream*.⁵

O resultado desse processo pôde ser percebido claramente nas ruas de várias cidades. Em São Paulo, por exemplo, no dia 17 de junho, centenas de milhares foram às ruas em solidariedade à manifestação e repúdio à violência. O pico de adesão foi contabilizado no dia 20 de junho, quando mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas⁶. A partir daí, houve um processo de interiorização do movimento (cidades menores começaram a participar do movimento). O movimento não estava mais apenas circunscrito às capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte entre outras), mas havia se espalhado e tomado grandes proporções geográficas (Secco, 2013). A partir daí, o movimento foi crescendo e alcançou, inclusive, símbolos nacionais como a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional, ambos em Brasília, capital do país. “O gigante acordou”, em analogia ao adensamento do movimento, passou a fazer parte do vocabulário que se utilizou para designar as jornadas e o processo que ocorria, diariamente, nas ruas das cidades brasileiras. Após o pico registrado de adesão registrado em 20 de junho o movimento permaneceu por mais algumas semanas, mas logo foi se dissipando e perdendo força em razão do atendimento de algumas das reivindicações feitas pelos manifestantes.

No que se refere ao enquadramento dado às Jornadas pela mídia televisiva brasileira, observou-se que, em apenas alguns dias, a manifestação passou de “protestos baderneiros” para “festa da democracia”. As diversas publicações que tratam o tema das Jornadas de Junho dificilmente oferecem um aprofundamento sobre a questão maior do exercício da democracia. As movimentações sacudiram o país, mas pergunta-se: o que esse movimento

mostrou? Conceitos como povo, população e massa são suficientes para expressar as características das Jornadas? A mídia – e, mais especificamente, o jornalismo de televisão – sofreu alguma alteração?

Alguns aspectos da mídia brasileira.

O Brasil é um país que tem uma longa história de concentração midiática (Jambeiro, 2002). Como logo foi percebida como mídia estratégica de construção e disseminação ideológica, a televisão logo despertou interesse das elites brasileiras. O modelo de concessão pública que deveria prezar pela distribuição dos canais possibilitou a existência de uma relação promíscua entre políticos de diversos níveis (vereadores, deputados, senadores etc) e a radiodifusão – entendida aqui como televisão e rádio. Na prática, tem-se uma encruzilhada informacional perversa em que aqueles que deveriam fiscalizar a mídia não o fazem porque são donos dela (ou, no caso da televisão e do rádio, possuem as concessões das maiores emissoras do país) (Moraes, 1998). O controle informacional resulta num processo que Lima (2006, 2007) denomina “coronelismo eletrônico” em alusão à barganha que se fazia por votos em tempos pregressos no Brasil. A moeda de troca continua sendo a mesma – o voto – mas nesta versão do coronelismo, a troca não se dá mais “com base na posse da terra, mas no controle da informação, vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública” (Lima, 2007, p.114). Ao controlar a informação, o novo coronel pode promover seus aliados e desprivilegiar seus opositores, pode mostrar apenas aquilo que possa beneficiá-lo de alguma maneira. A ausência de livres fluxos informacionais favorece a criação de consensos, ensejando o que Elisabeth Noelle-Neumann chamou, na década de 1970, de espiral do silêncio⁷. Tais consensos terminam por facilitar a eleição (ou mesmo reeleição) de representantes em diversos níveis o que, por sua vez, permite que o modelo permaneça exatamente como está.

No que se refere ao dispositivo legal, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT, Lei nº. 4117/62) estabelece, no parágrafo único do artigo 38, que qualquer pessoa que estiver gozando de imunidade parlamentar não pode exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão. Além disso, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, proíbe que deputados e senadores mantenham contrato ou exerçam cargos, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público (letras a. e b. do item I do Artigo 54) (Lima, 2007). Mesmo diante destes dispositivos, Lima (2006, 2007) constatou, em suas pesquisas, diversos registros de utilização de emissoras de rádio e televisão por políticos em pleno mandato. Situações mais conflitantes foram verificadas pelo mesmo pesquisador quando revelou que “deputados federais concessionários de radiodifusão chegam até mesmo a votar a favor da renovação das suas próprias concessões na Câmara dos Deputados” (Lima, 2007, p.115). Mesmo nas rádios e televisões educativas que deveriam ser espaços para difusão de conteúdos culturais e educativos desprovidos de interesses políticos, a situação se repete: as brechas deixadas pelos dispositivos legais permitiram que concessões educativas fossem feitas sem necessidade de licitação. Segundo Lobato (2006 apud Lima, 2007), entre janeiro de 1999 e abril de 2002, o governo Fernando Henrique Cardoso autorizou perto de 100 TVs educativas. Pelo menos 23 foram para políticos. Com o governo Lula, o ciclo se manteve: em três anos e meio, Lula aprovou um total de 110 emissoras educativas, sendo 29 televisões e 81 rádios. Segundo Lobato (2006 apud Lima, 2007), levando em conta somente as concessões a políticos neste período, as contas demonstram que pelo menos uma em cada três rádios foi parar, diretamente ou indiretamente, nas mãos deles destes políticos. Inverte-se o partido político, alterna-se o poder, mas a lógica perversa permanece, mas, no segundo momento, travestida da alcunha “educativa”.

Esse cenário é agravado pela emergência dos megabloques comunicacionais ao redor do mundo. O emaranhado de fusões chega a níveis em que não é mais possível identificar os pontos de início e fim. Mais uma vez, o controle informacional prevalece atendendo aos interesses de seus donos e apadrinhados mas, desta vez, ele se torna menos evidente. Ao

permitir que os telespectadores, ouvintes e até mesmo internautas tenham acesso a uma gama maior de canais, cria-se a falsa impressão de que existem diversas fontes quando, em realidade trata-se apenas de um número maior de canais transmitindo a mesma fonte, com o viés ideológico que a seus donos convém. O processo de convergência midiática também abriu espaços para novos *players* que tem muito mais força econômica do que as tradicionais empresas de mídia massiva no Brasil: as gigantes das telecomunicações (Claro, Vivo, TIM etc). Cada vez mais, o cenário fica dividido entre aqueles que produzem e aqueles que disseminam conteúdos.

Por conta deste cenário, os espaços virtuais acabam se apresentando como redensões e espaços de resistência para a disseminação de uma visão distinta daquela da mídia massiva. Mesmo assim, ainda aqui, cabe a ponderação de que mesmo os espaços virtuais tem se mostrado cada vez mais dominados e sitiados pelos grandes grupos midiáticos. O que prevalece, neste íterim, é a possibilidade de espaço de disseminação de conteúdos alternativos, produzidos pelas próprias pessoas que vivenciam as situações. Essa dinâmica retoma a proposta por Axel (2008) para quem os usuários das redes digitais estariam se convertendo em *producers*, isto é, produtores e usuários (a mesma pessoa desempenha os dois papeis de forma alternada). O *producer* não é apenas um ser que se reveza entre polo emissor e polo receptor da mensagem. Ao contrário disso, ao apropriar-se do conteúdo, o sujeito pode transformá-lo, ressignificá-lo segundo sua ótica e seu contexto.

No caso das Jornadas de Junho, o que se verificou é que os manifestantes se apropriaram dos espaços virtuais e passaram a disseminar seus conteúdos. Registros do andamento das manifestações eram disponibilizados sob diversas formas (áudio, imagem, texto) em diversas plataformas para a disponibilização de conteúdos (*Youtube, Flickr, Justin TV*, entre outras). Isso implicou uma inversão na lógica de disseminação de informação: o que a televisão informava não encontrava respaldo nas imagens disponibilizadas nas plataformas virtuais. Aos poucos, a mídia massiva passou a ser questionada, o que levou a uma radical guinada discursiva por parte destes veículos sob pena de perderem suas audiências.

Inicialmente, tratava-se “de um movimento de baderneiros”, em seguida, passou a ser “a festa da democracia”. Os casos de danos ao patrimônio público, que inicialmente eram retratados como “situação comum e corriqueira nos movimentos baderneiros” passaram a ser explicados como “fruto da parte má do movimento”, ou seja, a estratégia entre bons e maus permeou o discurso. Enquanto o movimento ocorria sem embates físicos, agressões físicas, danos etc tratava-se de uma manifestação pacífica. Quando algo distinto disso ocorria, era fruto de “alguns poucos baderneiros que não tinham compromisso com os ideais democráticos da manifestação”.

Movimentos sociais contemporâneos.

Compreender as manifestações de junho de 2013 pressupõe fazer uma discussão sobre os movimentos sociais como um todo nesta segunda década de século XXI. A conceituação tradicional de que os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2003, p.13) foi complementada em função da forma de articulação social em rede. Silva (2011) destaca que a atuação em rede como uma das principais características dos movimentos sociais contemporâneos. O final da década de 1990 marcou o início de uma nova construção dos movimentos sociais, implicando tanto dimensões simbólicas do agir coletivo não institucionalizado quanto dimensões que referencial a ação político-institucional de forma mais ampla. Esta compreensão pressupõe superar a análise de organizações de forma isolada, desprovida de conexões. Desta forma, Sherrer-Warren (1993) chama a atenção para a formação de redes de movimentos, bem como para a necessidade de articulá-las no sentido local e global.

Os movimentos sociais adotam diferentes estratégias de atuação que podem variar em função do que se objetiva questionar, assim como as bases que fundamentam tal questionamento. De uma forma geral, tais atuações podem ocorrer por meio de pressões

diretas (marchas, concentrações etc) ou pressões indiretas (cartas abertas, manifestos). Buscando compreender de que forma os movimentos sociais operam contemporaneamente, Della Porta e Diani (2006, p.170) estabelecem três lógicas de atuação, quais sejam: lógica dos números, lógica de danos e lógica de testemunhos. A primeira lógica enseja o grande destaque alcançado pelo número de adesões nas marchas, manifestações em massa. O dano diz respeito à destruição de propriedades ou, ainda, causar transtornos, bloqueios, que alteram a ordem social vigente. Finalmente, a lógica de testemunho visa demonstrar, publicamente, uma desobediência civil exercida de forma não violenta. As três lógicas visam chamar a atenção da sociedade com base em diferentes estratégias. O objetivo é duplo: ganhar novos adeptos e conseguir projeção midiática que, por sua vez, relaciona-se ao primeiro objetivo.

É certo que a mídia massiva trabalha prioritariamente com a divulgação de ações que se relacionem à lógica de dano ou quebra-quebra. Além de causar um maior impacto visual, é também uma forma de criminalizar os movimentos sociais. Cammaerts (2013) chama a atenção para o fato de que a distinção conceitual entre violência (direcionada às pessoas) e dano (direcionado ao patrimônio e à propriedade) não é levada em consideração, de forma que “como resultado disso, o dano à propriedade é uniformemente representado e punido como violência” (2013, p.19). Trata-se, no entanto, de um equívoco que, no caso da mídia brasileira vem se perpetuando ao longo de décadas. Poder-se-ia falar, no entanto, em violência política, mas esta também é bastante diferente da violência “midiaticamente divulgada”.

A violência política assume duas instâncias que se relacionam: seu uso factual ou a ameaça de seu uso. É importante destacar que a violência política converte-se, muitas vezes, em um dos últimos mecanismos utilizados por ativistas em movimentos sociais. Trata-se de um ato de expressão extremo, um clamor coletivo por voz e visibilidade social, econômica, política e até mesmo midiática (Cammaerts, 2013). Muitas vezes, o que grande parte destes

movimentos faz é atuar de forma performática visando justamente chamar a atenção para seus questionamentos.

Segundo Harvey (2013), o enfrentamento das desigualdades e injustiças por meio de manifestações faz parte da conquista da cidadania. Isso implica que evitar o conflito não é a melhor alternativa porque, muitas vezes, ele é inevitável. A ordem institucionalizada não é desprovida de fissuras e a conquista da cidadania tem sido a tônica dos movimentos ocorridos ao longo dos últimos anos. Os movimentos sociais surgem não apenas pela ausência do Estado democrático que nega a cidadania às pessoas, mas, sobretudo para questionar a ação de um Estado que se mostra cada vez mais perverso e que, no caso brasileiro, simplesmente “desaparece com as pessoas” (Fonsêca, 2013). Os movimentos mais recentes já assumem uma nova concepção de cidadania. Segundo Dagnino (2000), trata-se “do direito a ter direitos” e tal concepção não se restringe ao cumprimento dos dispositivos legais pré-existentes, mas também da criação de novos direitos que surgem em decorrência das novas dinâmicas sociais, alterações na estrutura de trabalho, etc.

A dinâmica social complexa tem reposto a necessidade de repensar antigos conceitos. Um deles – e talvez o balizador da discussão sobre democracia e movimentos sociais – é o de povo, massa e mesmo o de classe operária. Tais terminologias são amplamente utilizadas na literatura sobre o tema, mas não correspondem à complexidade dos tempos líquidos que envolvem etnia, gênero e classes da contemporaneidade. A utilização de ferramental técnico, político, social, econômico de um momento histórico anterior para enfrentar problemas atuais tem demonstrado não só ineficácia, mas provocado conflitos e inseguranças. Não faz mais sentido que se fale em povo, população, massa, classe operária.

Ao contrário desses termos, e levando em consideração a contemporaneidade, Hardt e Negri (2012) trabalham com a concepção de multidão. A concepção de povo evoca algo unitário. A população, por sua vez, é formada por diversas diferenças, mas a concepção de “povo” reduz tais distinções em algo “uno”, ou seja, a população também acaba adquirindo

uma identidade única. No que se refere às massas, tem-se que a essência destas é a indiferença, razão pela qual Hardt e Negri (2012, p.13) afirmam que “todas as diferenças são submersas e afogadas nas massas”. Na massa, todas as cores reduzem-se a uma cor apenas. Também Canetti (1995, p.28) ao citar as características das massas reconhece que “no interior da massa, reina a igualdade”. E, complementando seu pensamento, é justamente por causa desta igualdade que “as pessoas transformam-se em massa”. Isto posto, fica claro que o singular não é visualizado na perspectiva da massa.

O conceito de classe operária também se apresenta demasiado inapropriado uma vez que busca distinguir os trabalhadores dos proprietários. Do ponto de vista econômico, e de forma bastante ampla, os autores assumem que “a expressão classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, diferenciando-os dos pobres que prestam serviços domésticos sem remuneração e de todos os demais que não recebem salário” (p.13-14).

A multidão é, por seu turno, um conceito aberto e extremamente abrangente que incorpora as mudanças da economia global e não pressupõe apenas a produção de bens materiais. Importa, para a multidão, a produção social que, por seu turno, também supera a concepção de bens imateriais (como a informação) e se expressa nas relações humanas, nas comunicações, e nas formas de vida. Além disso, a multidão tem natureza múltipla e é composta de diferenças internas que não podem ser reduzidas a uma identidade – cultura, raça, etnia, gênero, orientação sexual etc (Hardt; Negri, 2012, p.12 – 147). A multidão também é conceito de raça, gênero etc porque tudo convive em seu interior, como instâncias formadoras do todo.

Duas instâncias são cruciais para o entendimento da multidão: a singularidade e o comum. A singularidade é o que garante que as características individuais de cada ser social componente da multidão sejam levadas em consideração, bem como dotadas de importância. Nesse sentido, as cores aparecem efetivamente quando se analisa a multidão. O comum, por sua vez, aparece como algo relacionado às singularidades. A multidão não é

uma identidade (povo) e, ao mesmo tempo, também não é uniforme (tal qual a massa). Isto posto, mediante as singularidades, as diferenças devem descobrir o comum que é o elemento que permitirá que a multidão se comunique e desenvolva ações conjuntas. Trata-se, portanto, de “um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades tem em comum” (Hardt; Negri, 2012, p.140).

É importante observar que os processos de comunicação não se baseiam apenas no comum previamente existente, mas também é possível que se construa o comum, o que conduz a expansão das relações que passam a se estabelecer em níveis mais horizontais, desprovidos de hierarquias ou polos dominantes. Por conta dessas características, a multidão se apresenta como “carne viva que governa a si mesma” (p.251). Na perspectiva de Merleau-Ponty, a “carne” não se traduz em algo físico ou substancial. Antes, a “carne” pode ser considerada um elemento, tal qual a terra, o ar, a água e o fogo. O sentido aqui é o de expressar algo que não se pode apreender na totalidade, algo que é sempre maior que o Ser. Pode-se tentar capturar os elementos, mas eles sempre serão muito mais do que se pode apreender. Nesse sentido, a carne da multidão é puro elemento potencial que constantemente expande o ser social. Por não ser povo, nação ou comunidade, a multidão pode parecer monstruosa, posto que “o informe e o desordenado são assustadores” (p.251). Isso ocorre porque historicamente a sociedade se estrutura, majoritariamente, em torno de mandantes e mandados (em maior ou menor escala); o mundo precisa ser amplamente conhecido e o desconhecido simplesmente aparece como algo não-natural e, portanto, assustador, que não faz parte do cotidiano. De uma forma bastante simplista, o desconhecido precisa ser combatido. Ainda assim, é preciso compreender que tal monstruosidade, ou fator assustador, é resultante dos movimentos de transformação pelos quais passou e passa a sociedade. As metamorfoses monstruosas pelas quais passa a carne é que abrem a possibilidade de construção de sociedades alternativas, efetivamente democráticas. A carne pode ser expressa, portanto, como o comum que une todos.

A instância do comum, no entanto, não se resume à concepção tradicional de comunidade ou mesmo de público (ou ainda públicos). O primeiro termo geralmente é usado para designar uma unidade moral acima da população, ensejando uma espécie de poder soberano. Mais uma vez, o individual acaba desaparecendo na instância da comunidade. Em contrapartida, as singularidades encontram espaço para livre expressão na instância do comum. A regulação do todo não quer significar violação de liberdades e espaços (ou ainda violência sexual, roubos, atentados etc). A determinação dos direitos legais é tomada através da comunicação, cooperação e participação entre singularidades. Isto posto, fica claro o importante papel desempenhado pela comunicação em estabelecer pontes entre as várias mentes em busca do comum. A expansão do comum, por sua vez, é que abre possibilidade de se concretizar a democracia global, principal moeda comum nas lutas por libertação ao redor do mundo (p.15). Isso implica que potencializar processos comunicativos e cooperativos favorece a criação (e identificação) do comum sem perder, contudo, as singularidades. A identificação do comum é o que mais se aproxima do ideal democrático global, ao invés de conceitos – cada vez mais excludentes e fronteiriços – como etnia, raça, nação. Na multidão, os sujeitos são distintos, mas a instância do comum os iguala ignorando crenças, nacionalidades etc em favor de um ideal que busca o humano da relação. Desta forma, o conceito de multidão apresenta especial contribuição para se pensar a democracia no mundo contemporâneo, uma vez que “a multidão é o único sujeito social capaz de realizar a democracia, ou seja, o governo de todos por todos” (Hardt; Negri, 2012, p. 15). O desafio da multidão converte-se, portanto, no desafio da democracia.

As Jornadas de Junho: o esforço da compreensão.

No caso brasileiro, as Jornadas de Junho refletem um movimento com características bastante singulares e, até certo ponto, muitas delas só encontram explicação plausível com a utilização do conceito de multidão. É claro que não se pode afirmar a existência de uma multidão no sentido perfeito, mas talvez este tenha sido um início. Assim como em diversas

outras manifestações ao redor do mundo, também nas Jornadas o que se viu uma amplificação do discurso por meio das redes sociais virtuais. Embora esta não seja a primeira manifestação com este caráter⁸, as manifestações de junho de 2013 foram resultantes de situações muito singulares. As pessoas saíram às ruas e uma manifestação que começou com uma reivindicação tipicamente popular (o aumento da tarifa dos ônibus) ganhou proporções e adeptos múltiplos. Pessoas que não necessariamente faziam uso do transporte público também tomaram parte no debate. Em pouco tempo, as reivindicações também se transformaram e outros questionamentos (que não apenas a tarifa) começaram a ser feitos indicando que a identificação do comum entre aquelas pessoas estava se expandindo. De repente, já não era mais possível distinguir sexo, orientação sexual etc, razão porque se convencionou utilizar a expressão “O Gigante acordou” em alusão ao levante dos brasileiros em busca de respostas para suas questões. Simultaneamente, não se pode afirmar, no entanto, que se tratava de uma massa indefinível. Ao contrário disso, os participantes das manifestações tinham suas cores próprias e não perdiam suas singularidades ao se juntarem aos demais.

No que se refere, no entanto, às manifestações de junho de 2013, não é possível afirmar que houvesse no interior dela, um líder ou mesmo uma bandeira. Embora o Movimento Passe Livre (MPL) tenha sido o detonador dos questionamentos, o movimento praticamente desenvolveu sua lógica com base em uma estrutura horinzontalizada. Os informes (e convites) para passeatas eram feitos pelas redes sociais virtuais. O diferencial deste movimento é que, ao invés de se limitarem a apenas gestos de cliques, desta vez, “o *Facebook* e o *Twitter* foram às ruas” (Sakamoto, 2013). Cabe aqui, no entanto, uma reflexão: nem todas as pessoas que foram às ruas estavam, de fato, conscientes da importância da ação civil que estavam praticando.

Em muitas ocasiões, o que se tinha assemelhava-se muito mais a uma *flashmob*. Cammaerts (2013) argumenta que mesmo a ação de clicar pode ensejar o *clickativismo* e pode representar uma janela de oportunidade para os cidadãos que não conseguem participar

ativamente dos processos. O uso da tecnologia das redes sociais virtuais pode contribuir para a construção de identidades coletivas, além de favorecerem a participação assíncrona. Neste ponto, também cabe a ponderação de que muitas pessoas talvez estejam apenas acessando ao invés de efetivamente participando do processo. Sobre este aspecto, Kerbauy e Santos (2012) estabelecem que a fronteira entre acesso e participação parece ser bastante tênue, mas ainda assim, precisa ser reconhecida sob pena de que ocorra uma deturpação dos sentidos. A participação pressupõe um deslocamento da posição de receptor de informações prontas. Ter acesso à internet e as benesses das tecnologias digitais não faz com que as pessoas necessariamente passem a ser consideradas incluídas digitais. É preciso mais do que o simples acesso para efetivamente transformar os espaços virtuais em ambientes virtuais e exercer, neles, a cidadania digital (Kerbauy; Santos, 2012). A via contrário disso, como apregoa muitas políticas públicas brasileiras, favorece apenas a pseudo-participação, fazendo aumentar a lacuna entre aqueles que produzem conteúdo e aqueles que apenas recebem. Por esta razão, mais que simplesmente acessar, é importante produzir, ressignificar (Bruns, 2008).

No caso das Jornadas, tem-se a constatação de que os manifestantes, buscando superar a visão simplista e enviesada da mídia massiva, realmente passaram a produzir conteúdos (ao invés de apenas acessá-los). Neste sentido, houve um salto qualitativo que foi capaz de mudar a agenda da mídia para uma agenda do público. Em função disto é que a mídia mudou seu discurso em tão pouco tempo. De repente, a produção dos indivíduos tornou-se tão ou mais importante (e significativa) que a da mídia televisiva massiva. As pessoas passaram, inclusive, a questionar a atuação manipuladora da mídia televisiva. Algumas emissoras de televisão, acusadas de deturpar o objetivo das passeatas, tiveram suas viaturas queimadas ou foram impedidas de acessar determinados locais. Muitos repórteres precisaram abrir mão da canopla dos microfones – símbolo de poder da mídia – para que conseguissem gravar entrevistas, passagens, etc.

O mais intrigante é que a multidão caminhava (rumo à avenida Paulista, Esplanada dos Ministérios etc) sem, no entanto, contarem com vozes de comando ou líderes. Nestas manifestações, por exemplo, não houve carro de som, não houve “ponto de concentração”, não houve palanque: o movimento começou apartidário e, aos poucos se tornou anti-partidário. Bandeiras de partidos políticos oportunistas – que queriam “apadrinhar” o movimento – foram rechaçadas.

Diante de tal cenário, seria injusto dizer que não existia alguma forma de inteligência no movimento. Observa-se aqui a inteligência de enxame, típica da multidão. A partir do momento em que as pessoas conseguiram identificar o comum, não houve mais como frear o processo. Analogamente, também se pode compreender por quais razões o movimento desembocou em questionamentos outros que não apenas o aumento da tarifa. De acordo com Hardt e Negri (2012, p. 276) “as revoltas mobilizam o comum sob dois aspectos, aumentando a intensidade de cada luta e estendendo-se a outras lutas”.

A tecnologia, por sua vez, desempenhou um importante papel neste processo. Mas, por outro lado, exalta-la como redentora de tudo seria um exagero. O espaço virtual permitiu, sem dúvida, que houvesse uma disseminação de informações provenientes das mais variadas fontes e potencializou a organização em rede. Mas, é importante frisar, a estrutura em rede é muito anterior ao computador e mesmo à internet. Além disso, seria no mínimo ingênuo acreditar que os espaços virtuais são totalmente livres. O caso *Wikileaks*⁹ e *Anonymous*¹⁰ podem ser citados como exemplo de regulação desses espaços pelas grandes corporações.

O que se pode afirmar, no entanto, é que os ambientes virtuais se configuraram, no caso das Jornadas de Junho, em ferramentas de articulação da multidão. Mas, é preciso cautela, pois a História demonstra que mesmo estes espaços podem ser tomados das pessoas. Outro aspecto importante precisa ser destacado: as mobilizações podem acontecer com ou sem tecnologia. O que ocorre é que esta articulação pode ser facilitada ou dificultada em função

da infraestrutura informacional disponível. Nesse sentido, as tecnologias também potencializaram a identificação do comum, levando-se a sua intensificação. Nas palavras de Hardt e Negri (2012, p. 276), é justamente esta intensificação do comum, oriunda do conflito direto com o poder, que “produz uma transformação antropológica de tal ordem que das lutas surge uma nova humanidade”.

O caráter humano é o componente essencial do nosso comportamento sociável e generoso, mesmo quando coordenado com ferramentas de alta tecnologia. As interpretações focadas na tecnologia para entender esses comportamentos erram o alvo: a tecnologia possibilita esses comportamentos, mas não pode causá-los (Shirky, 2011, p. 90).

Neste ponto, a mídia massiva acaba ficando dissolvida e o que se assiste atualmente é uma crise de credibilidade, resultante de anos de manipulação e soberania. Finalmente, a multidão causou um abalo estrutural muito sério que deverá ser levado em conta pela mídia massiva que quiser sobreviver neste século XXI. Insistir na estratégia de marginalização dos movimentos sociais ou simplesmente optar pela dualidade bom x mau, pacíficos x rebeldes é mais um subterfugio que está com seus dias contados.

Um ano após as Jornadas de Junho, um novo encontro foi programado para celebrar (e relembrar) os atos do ano anterior que conquistou, dentre outros, a revogação do aumento da tarifa do transporte público. A polícia foi avisada com antecedência. Na noite do dia 19 de junho, o Jornal Nacional da Rede Globo já anunciava: “Vândalos mascarados, infiltrados entre os manifestantes, bloqueiam avenidas e fazem depredações em São Paulo”¹¹. O SBT Brasil, do SBT, não hesitou em decretar: “Manifestação do MPL termina em violência”¹². No Jornal da Record, da TV Record, a manchete segue a mesma linha: “Manifestantes invadem concessionárias e destroem carros durante protesto em SP”¹³. O Jornal da BAND, por sua vez, optou por: “Manifestação em SP termina em confronto”¹⁴.

Novamente, o que se observa é que, no primeiro caso, reina a dualidade (manifestantes bons x vândalos maus). No segundo, mais uma vez, a indiscriminação entre violência e dano. No terceiro caso, a situação é ainda pior porque não existe sequer tentativa de distinção que, por mais imperfeita que fosse, poderia representar, minimamente, mais cautela com a qualidade da informação e uma possível tentativa de descriminalizar a manifestação. No quarto caso, o que se observa é uma tentativa de neutralidade que não encontra reflexo no desenvolvimento da reportagem.

Percebe-se, no entanto, algumas iniciativas de mais cautela com relação o tratamento dado ao tema, mas de uma forma geral o segmento do telejornalismo da televisão aberta brasileira ainda tateia no escuro e não sabe de que lado vai ficar. É claro que uma análise mais profunda precisa ser feita. As chamadas aqui destacadas tem por objetivo apenas exemplificar uma situação e apontar os rumos de uma nova visão a respeito dos movimentos sociais. O que não se pode é cair na simples negação ou marginalização das manifestações, mas está claro que isto só será plenamente possível quando o comum for percebido – e construído – pelos diversos sujeitos envolvidos neste processo. As Jornadas de Junho – e mesmo sua reverberação anos depois – representam uma forma bastante embrionária de multidão (e talvez por isso o comum ainda não esteja suficientemente claro). De acordo com Hardt e Negri (2012, p.275), “a multidão precisa de um projeto político para existir” e, muito provavelmente, este deva ser o próximo desafio na luta por uma democracia realmente global que supere as fronteiras nacionais, os gêneros, as religiões, as orientações sexuais etc e que possa, genuinamente, ser a base de uma nova humanidade.

Referências.

Bruns, Axel (2008). *Blogs, Wikipedia, second life, and beyond: from production to produsage*. Nova Iorque. Peter Lang Publishing.

Cammaerts, Bart (2013). *Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação*. Matrizes, ano 7, número 2, 13-36.

Canetti, Elias (1995). *Massa e poder*. São Paulo. Companhia das Letras.

Dagnino, Evelina; Álvares, Sonia; Escobar, Arturo (Orgs.) (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte. Ed. UFMG.

Della Porta, Donatella; Diani, Mario (2006). *Social Movements: na introduction*. Oxford. Victoria. Black well Publishing.

Fonsêca, Daniel (2013). *Não dá para não ver: as mídias nas manifestações de junho*. Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil. 1-30. (<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10419.pdf>) (consulta: 20-07-2014).

Gohn, Maria da Glória (2003). *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis. Vozes.

Hardt, Michael; NEGRI, Antonio (2012). *Multidão*. São Paulo. Editora Record. Segunda edição.

Harvey, David (2013). *A liberdade da cidade*. En David Harvey, Ermínia Maricato, Slavoj Žižek, Mike Davis et. al. *Cidades rebeldes* (pp. 47-61). São Paulo. Boitempo.

Jambeiro, Othon (2002). *A TV no Brasil do século XX*. Salvador. EdUFBA.

Kerbauy, Maria Teresa Miceli; Santos, Vanessa Matos (2012). *Cidadania digital: entre o acesso e a participação*. Em Lima, Marcos Costa; Andrade, Thales Novaes (Orgs.) *Desafios da inclusão digital* (pp. 17 – 42). São Paulo. Hucitec.

Lima, Venício A (2007). *As “brechas” legais do coronelismo eletrônico*. Aurora, 1, 113 – 126. (revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/6344/4652) (consulta: 01-07-2014).

Lima, Venício A. de (2006). *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.

Martino, Luís Mauro Sá (2009). *Teorias da comunicação: ideias, conceitos e métodos*. Petrópolis - Rio de Janeiro. Vozes.

Sakamoto, Leonardo (2013). *Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas*. En David Harvey, Ermínia Maricato, Slavoj Žižek, Mike Davis et. al. *Cidades rebeldes* (pp.170-181). São Paulo. Boitempo.

Secco, Lincoln (2013). *As jornadas de junho*. En David Harvey, Ermínia Maricato, Slavoj Žižek, Mike Davis et. al. *Cidades rebeldes* (pp. 124-138). São Paulo. Boitempo.

Sherrer-Warren, Ilse (1993). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo. Loyola.

Shirky, Clay (2011). *Cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro. Zahar.

Silva, Suylan de Almeida Midlej (2011). *Redes de movimentos sociais e o resgate da esfera pública*. APGS. v.3, n.1, 89-114.

¹ Docente e Pesquisadora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU – MG) no curso de Comunicação Social – Jornalismo com atuação na Graduação e Pós-graduação. Doutora em Educação Escolar pela Unesp/Araraquara. Mestre em Comunicação pela Unesp/Bauru, Doutoranda em Meios e Processos Audiovisuais pela ECA – USP. Desenvolve pesquisa, com auxílio UFU, com estudo de formas audiovisuais jornalísticas. Integrante do Grupo de Pesquisa [Aruanda lab.doc. - pesquisas e análises sobre métodos de produção audiovisual de não ficção \(USP\)](http://www.aruanda.org.br), FiloCom – Núcleo de Estudos Filosóficos da Comunicação (USP), Estado e Governo (UNESP). E-mail: vanessamatos@ufu.br / vanmatos.santos@gmail.com

² www.facebook.com

³ www.twitter.com

⁴ www.justin.tv

⁵ <http://new.livestream.com/>

⁶ Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm> Acesso em 28 jun 2014

⁷ A hipótese da espiral do silêncio parte da ideia de que, ao ser disseminada pela mídia, “uma ideia tende a ser progressivamente aceita como pública” (Martino, 2009, p.208). Mesmo que existam pessoas que não concordem com a opinião tida como pública, elas tendem a ficar caladas para evitar o isolamento social.

⁸ O vídeo “Ten Tactics” já documenta estratégias de utilização das redes sociais virtuais para a disseminação de informação a respeito de movimentos sociais. O material está disponível em: <http://vimeo.com/7079347> Acesso em 30 jun 2014.

⁹ No caso Wikileaks, o vazamento de documentos secretos acabou resultando na prisão de Julian Assange.

¹⁰ Após ataques de negação de serviços (DDoS), o Twitter fechou a conta do grupo Anonymous que, na época, era chamada #Anon_Operation.

¹¹ Vídeo disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/06/vandalos-mascarados-bloqueiam-avenidas-e-fazem-depredacoes-em-sp.html> Acesso e 30 jul 2014.

¹² Vídeo disponível em: <http://www.sbt.com.br/jornalismo/noticias/42564/SP:-Manifestacao-do-MPL-termina-em-violencia.html#.U9G1avldWuI> Acesso em 30 jul 2014

¹³ Vídeo disponível em <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/manifestantes-invadem-concessionarias-e-destroem-carros-durante-protesto-em-sp-19062014> Acesso em 30 jul 2014

¹⁴ Vídeo disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2014/06/19/15084451-manifestacao-em-sp-termina-em-confronto.html> Acesso em 30 jul 2014